



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638544 - SP (2021/0001122-2)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : ANA PAULA DE ALBUQUERQUE ALANIS
ADVOGADO : ANA PAULA DE ALBUQUERQUE ALANIS - SP405734
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOAO CICERO GONCALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JOAO CICERO GONCALVES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2234732-91.2020.8.26.0000).

O paciente está cumprindo pena no Centro de Detenção Penitenciária de Valparaíso, no regime semiaberto, em razão de condenação pela prática de crime de tráfico de entorpecentes e posse de arma de fogo.

Invoca a Recomendação n. 62/2020-CNJ, argumentando que o ora paciente por se tratar de pessoa idosa, com 60 anos, faria parte do grupo de risco da covid-19, fazendo jus à concessão da prisão domiciliar. Sustenta que a decisão do juiz do 1ª instância que indeferiu a concessão deste benefício não estaria devidamente fundamentada

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para substituir a pena privativa de liberdade, por prisão domiciliar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b)

impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade da decisão atacada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl.69-70):

Conforme verificado, apesar dos argumentos trazidos, não se comprovou situação especial de vulnerabilidade ou mesmo de risco real ao paciente que, aliás, pelo que consta do relatório juntado aos autos principais (fls. 250), se encontra em bom estado geral de saúde, não surgindo nada de excepcional a autorizar deferimento da medida pleiteada, na formada Recomendação 62, do Conselho Nacional de Justiça, não se observando, do existente, manifesta ilegalidade a exigir correção por este Tribunal.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020, haja vista que não ficou demonstrado que efetivamente a condição física e de saúde do ora paciente estão comprometidas.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente